**TERMO DE REFERÊNCIA**

**INTRODUÇÃO**

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Termo de Referência é o documento necessário para a contratação de bens que deve conter determinados parâmetros e elementos descritivos.

Tal exigência se torna explicita no **Art. 6º, inciso XXIII, alíneas de ‘a’ a ‘j’.**

Em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública, para tanto apresentamos o pertinente Termo.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘a’, da Lei nº 14.133/2021).

Aquisição de equipamentos para procedimento em paciente em emergência, conforme quantidades, especificações, exigências estabelecidas neste documento.

O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

1. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

A aquisição é fundamental para assegurar a qualidade e a eficiência no atendimento prestado em situações críticas. Equipamentos modernos e precisos permitem diagnósticos rápidos e tratamentos eficazes, reduzindo riscos de complicações e aumentando as chances de recuperação dos pacientes. Em situações de emergência, cada segundo é crucial, e a disponibilidade desses equipamentos possibilita uma resposta mais ágil e eficiente, sendo decisiva para a preservação da vida e a minimização de danos permanentes. Além disso, essa aquisição atende às normativas e padrões de qualidade exigidos pelos órgãos reguladores de saúde, garantindo que o atendimento esteja em conformidade com as melhores práticas e diretrizes do setor.

A emergência encontra respaldo legal no inciso VIII da Lei 14.133/2021. Este trecho da lei permite a aquisição em casos de emergência ou calamidade pública, quando há urgência em resolver situações que possam causar danos ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, tanto públicos quanto privados. Esse dispositivo autoriza exclusivamente a aquisição dos bens necessários para lidar com a situação emergencial ou calamitosa em questão.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei nº 14.133/2021). (Art.6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei nº 14.133/2021).

 Os equipamentos serão selecionados com base em critérios rigorosos de qualidade, eficácia, durabilidade e conformidade com as normas de saúde vigentes. A aquisição será realizada através de processos transparentes e competitivos, garantindo o melhor custo-benefício. Após a aquisição, os equipamentos serão manuseados e utilizados por profissionais de saúde capacitados.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/2021)**

Atendimento às Especificações Técnicas: A contratada deve fornecer medicamentos e insumos que atendam às especificações técnicas estabelecidas, garantindo sua eficácia e segurança.

Cumprimento dos Prazos: É fundamental que a contratada cumpra os prazos estipulados para a entrega dos produtos, garantindo o abastecimento durante todo o período contratual.

Qualidade dos Produtos: Os medicamentos e insumos fornecidos devem atender aos mais altos padrões de qualidade, assegurando sua eficácia terapêutica e segurança para uso.

Conformidade Regulatória: A contratada deve estar em conformidade com todas as normas e regulamentações aplicáveis à produção, armazenamento e distribuição de medicamentos e insumos, garantindo sua licença de funcionamento e autorizações necessárias.

Capacidade Técnica e Operacional: É necessário que a contratada possua a capacidade técnica e operacional para fornecer os produtos solicitados em conformidade com as quantidades e especificações requeridas.

Preço Competitivo: O preço dos produtos fornecidos pela contratada deve ser competitivo e justificável, garantindo o melhor custo-benefício para o contratante.

Ética e Transparência: A contratada deve conduzir seus negócios de forma ética e transparente, respeitando os princípios de integridade, honestidade e responsabilidade social.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘e’, da Lei nº 14.133/2021).

 Antes do início da execução do contrato, será realizado um planejamento detalhado que inclui a definição dos objetivos, escopo, cronograma, orçamento e recursos necessários para a consecução dos resultados pretendidos.

 Será conduzido um processo transparente para a seleção dos fornecedores, garantindo a escolha dos melhores parceiros comerciais em termos de qualidade, preço e cumprimento de prazos.

 Após a seleção dos fornecedores, será elaborado um contrato detalhado que estabelece as obrigações e responsabilidades de ambas as partes, incluindo as especificações técnicas dos produtos, condições de pagamento, penalidades por descumprimento e demais cláusulas pertinentes.

 Durante a execução do contrato, será realizado um acompanhamento constante das atividades, incluindo a verificação do cumprimento dos prazos de entrega, a qualidade dos produtos fornecidos e o atendimento às especificações técnicas.

 Caso surjam mudanças nos requisitos ou nas condições do contrato, serão adotados procedimentos formais de gestão de mudanças, garantindo que todas as alterações sejam documentadas, avaliadas e aprovadas pelas partes envolvidas.

 Ao final do contrato, será realizado um processo de encerramento que inclui a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais, a liquidação de eventuais pendências financeiras e a avaliação do desempenho do fornecedor, visando garantir uma conclusão satisfatória do contrato.

* 1. **DAS OBRIGAÇÕES**

A contratada deve garantir a entrega dos itens listados dentro dos prazos estabelecidos no contrato.

A contratada é responsável por fornecer insumos que atendam às especificações técnicas estabelecidas no contrato, garantindo a qualidade e a segurança dos produtos entregues.

A contratada deve assegurar que todos os produtos fornecidos estejam em conformidade com as normas e regulamentações sanitárias e de segurança aplicáveis.

É obrigação da contratada manter uma comunicação eficiente com o contratante, fornecendo informações atualizadas sobre o status das entregas e eventuais problemas que possam surgir durante a execução do contrato.

Em caso de qualquer problema relacionado aos insumos fornecidos, a contratada deve tomar as medidas necessárias para resolver a questão de forma rápida e eficiente, minimizando impactos no atendimento aos pacientes.

A contratada deve manter a confidencialidade de todas as informações e dados fornecidos pelo contratante durante a execução do contrato.

A contratada é obrigada a cumprir todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato, incluindo prazos de entrega, formas de pagamento e outras disposições contratuais.

* 1. **DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO**

Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço:

***Serviço de Padronização de Produtos para a Saúde***

***Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP/UNIOESTE***

***Sala 01 - Prédio anexo ao Pronto Socorro.***

***Avenida Tancredo Neves, 3224***

***Cascavel - Paraná***

***CEP: 85806-470.***

Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 01 (um) dia, após o recebimento da nota de empenho, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas no documento supra.

Os itens entregues deverão estar acompanhados da Nota Fiscal, que deverá conter o número do contrato e da Requisição de Empenho ou do Empenho correspondente, bem como, o descritivo dos itens conforme o contrato.

1. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘f’, da Lei nº 14.133/2021).

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

 O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**FISCAL: IVANETE TEREZINHA VAZ SIMÃO**

**GESTOR: JOÃO MARIA DE SOUZA BOENO**

1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘g’, da Lei nº 14.133/2021).
	1. **Prazo de pagamento**

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

1. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR** (**Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021).**

A aquisição do presente documento encontra respaldo legal no inciso VIII da Lei 14.133/2021. Este trecho da lei permite a aquisição em casos de emergência ou calamidade pública, quando há urgência em resolver situações que possam causar danos ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, tanto públicos quanto privados. Esse dispositivo autoriza exclusivamente a aquisição dos bens necessários para lidar com a situação emergencial ou calamitosa em questão.

Com os preços estimados e considerando aspectos de economicidade e eficácia, bem como o enquadramento na legislação vigente, a **DISPENSA** foi considerada a modalidade técnica e economicamente viável que possibilita a aquisição dos itens descritos neste termo.

 Será definido o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** na modalidade de **DISPENSA da Lei 14.133/2021.**

1. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS.** (**Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘i’, da Lei nº 14.133/2021).**

|  |
| --- |
| Lote: 1 - Lote 001 |
| Item | Código do produto/serviço | Nome do produto/serviço | Unid/medida | Quantidade | Preço máximo R$ | Preço máximo total R$ |
| 01 | 24532 | STENT BILIAR FORMATO DUPLO PIGTAIL C/ KIT DE INSERÇÃO POR VIA ENDOSCÓPICA. COM EMPURRADOR 170CM, PRÓTESE 7FR. DIAM. E 7CM COMP. USO ÚNICO. (MARCA COOK) | UN | 03 | 950,00 | 2.850,00 |
| 02 | 24533 | CYSTOTOMO DIAM. 6 FR | UN | 01 | 6.000,00 | 6.000,00 |
| 03 | 24534 | BALAO DILATADOR PROG | UN | 01 | 1.390,00 | 1.390,00 |
| **TOTAL R$** | **10.240,00** |

Os valores estimados foram obtidos através de orçamento de fornecedores, sendo que o valor total da aquisição, no importe de **R$ 10.240,00 (Dez Mil e Duzentos e Quarenta Reais),** conforme a pesquisa realizada.

 No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

1. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** (**Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘j’, da Lei nº 14.133/2021).**

 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

Santo Antonio do Sudoeste, 22 de maio de 2024.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**JOÃO MARIA DE SOUZA BOENO**

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE